SUMÁRIO

ABREVIATURAS		
	PRIMEIRA PARTE – DIREITO ADMINISTRATIVO	
CA	PÍTULO I – INTRODUÇÃO	
1.	Ramos do direito	15
2.	Formação do direito administrativo	16
3.	Relação do direito administrativo com a moral	16
4.	Interpretação das normas administrativas	16
5.	Fontes do direito administrativo	16
CA	PÍTULO II – PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ķ.
1.	Interesse público	17
2.	Supremacia do interesse público	17
3.	Legalidade	17
4.	Moralidade	17
5.	Impessoalidade	18
6.	Publicidade	18
7.	Finalidade	18
8.	Indisponibilidade	18
	Continuidade	19
	Autotutela	19
	Motivação (fundamentação)	19
	Razoabilidade	19
13.	Proporcionalidade	19
	Igualdade	19
	Controle judicial	19
	Hierarquia	20
	Poder-dever	20
18.	Eficiência	20
19.	Especialidade	20
CA	PÍTULO III – ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS	22
CA	PÍTULO IV – AGENTES PÚBLICOS	24



CAPÍTULO V – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 20				
CA	PÍTULO VI – PRISÃO ADMINISTRATIVA 2			
CA	PÍTULO VII – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9.	Administração direta 2 Administração indireta 2 Autarquia 2 Empresa pública 2 Sociedade de economia mista 2 Fundação 2 Responsabilidade subsidiária do poder público pela administração indireta 3 Controle ou tutela da administração indireta 3 Administração indireta e descentralização 3 Descentralização e desconcentração 3 Entes de cooperação 3 Sociedade de economia mista 2 Entes de cooperação 3 Entes de cooperação 4 Enter de coop			
CA	PÍTULO VIII – PODERES ADMINISTRATIVOS			
2. 3. 4.	Poderes administrativos3Poder hierárquico3Poder disciplinar3Poder regulamentar3Poder de polícia3			
CA	PÍTULO IX – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO			
1. 2.	Controle da administração			
CA	PÍTULO X – ATOS ADMINISTRATIVOS			
2. 3. 4. 5.	Atos administrativos típicos e atípicos			
	PÍTULO XI – PROCESSO ADMINISTRATIVO			
2. 3. 4. 5. 6. 7.	Processo e procedimento			
8.	Súmula vinculante 44			



CA	PÍTULO XII – LICITAÇÕES
ĭ	Características da licitação
	Modalidades de licitação
	Critérios para a avaliação das propostas
	Fases da concorrência
	Efeitos da adjudicação
	Sanções administrativas e criminais
0.	Sanyoes administrativas e eminiais
	PÍTULO XIII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
	Definição e características
2.	Inexistência de contratos puramente privados na administração
3.	Contratos de obras, serviços e fornecimentos
CA	PÍTULO XIV – SERVIÇOS PÚBLICOS
	Definição
	Princípios do serviço público
	Classificação dos serviços públicos
	Concessão de serviços
	Concessão de serviços precedida da execução de obra
	Permissão de serviço
	A autorização e suas três modalidades
	Parceria público-privada
	Consórcios públicos
	PÍTULO XV – BENS PÚBLICOS
	Espécies de bens públicos
	Regime jurídico dos bens públicos
	Aquisição de bens para o patrimônio público
	Utilização especial de bens públicos por particulares
	Autorização de uso
	Permissão de uso
	Concessão de direito real de uso
	Bens do patrimônio público
	Terras devolutas
	Mar territorial
	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios
	Plataforma continental
	Terrenos de marinha
	Terrenos marginais ou reservados
	Lagos, rios e correntes de água
	Álveos ou leitos abandonados
	Faixa de fronteira
	Minas, iazidas e quedas d'água
	TELLINGS INDICAGO O CUCCUO O CECUO



	Ilhas	64
22.	Fauna silvestre	64
CA	PÍTULO XVI – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA	
CA	PROPRIEDADE	
1.	Modos de intervenção	65
	Limitações administrativas	65
	Servidões administrativas	65
4.	Tombamento	65
5.	Requisição	66
	Ocupação temporária	66
	Desapropriação	66
	Procedimento da desapropriação comum	68
9.	Imissão provisória na posse (desapropriação)	70
CA	PÍTULO XVII – RESPONSABILIDADE CIVIL	
CA	DO ESTADO	72
CA	PÍTULO XVIII – PRESCRIÇÃO	74
CA	PÍTULO XIX – SERVIDORES PÚBLICOS	
	Regime jurídico	75
	Funções, cargos e empregos	75
	Acesso ao serviço público	76
	Contratação por tempo determinado	76
	Acumulação de cargos	76
	Associação sindical	77
	Direito de greve	77
	Deveres	77
	Proibições	77 77
	Penalidades	78
	Estabilidade e vitaliciedade	78
	Vencimento - Vencimentos e Subsídios	79
	Aposentadoria	80
	Emprego público	83
	SEGUNDA PARTE – DO MANDADO DE SEGURANÇA E OUTRAS AÇÕES	
1	Mandado de segurança	87
	Mandado de segurança coletivo	93
	Ação civil pública	94
	Ação civil de reparação de dano – Improbidade administrativa	99
	Ação popular	103
	Mandado de injunção	106



7. Habeas data	108
8. Habeas corpus	110
9. Controle de constitucionalidade	
9.1 Suspensão de lei inconstitucional	112
9.2 Ação direta de inconstitucionalidade	112
9.3 Inconstitucionalidade por omissão	112
9.4 Ação declaratória de constitucionalidade	113
9.5 Procedimento	114
TERCEIRA PARTE – ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
(A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)	117
1. Relatório bimestral	117
2. Relatório quadrimestral	117
3. Contas anuais	117
4. Incentivos fiscais	118
5. Administração da despesa pública	118
5.1 Despesa obrigatória de caráter continuado	118
5.2 Despesas com pessoal	119
6. A dívida pública e seus limites	120
7. Operações de crédito	121
8. O último ano do mandato	121
9. Novos projetos, novas obras, novos serviços	121
10. Conselho de Gestão Fiscal e os prêmios	121
To. Consenio de Gestao Fiscar e os premios	121
Dicionário de direito administrativo	123
Adendo	
1. A pessoa jurídica de direito público pode cometer crime?	135
2. Algumas modificações introduzidas pela EC 19, de 4.6.98	135
BIBLIOGRAFIA	139
NDICE ALEABÉTICO DEMISSIVO	
NDICE ALEARETH OLDEMINATO	1/11

